



**CONSELHO DELIBERATIVO
GESTÃO 2024/2027
REUNIÃO ORDINÁRIA**

ATA Nº 09/2026

Aos dezessete dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas, em reunião ordinária, na Sala de Reuniões da Presidência – 6.º andar, reuniram-se os seguintes membros do Conselho Deliberativo IPAM-FAPS: Gustavo da Silva Machado (titular), membro nato na condição de Presidente do IPAM; Luciano Roque Piccoli (titular), Presidente do Conselho Deliberativo; Auro Luís da Silva (titular); Bruce Marlon Costa (titular); Greice Maria Feiten (titular); Lander Fernando Battassini (suplente), Lívia Cristina Brum Ries (titular); Marilei Ferraro (titular); e Pedro Augusto Luchese Irigonhe (titular). Esteve presente também Pedro Augusto Zago Stracke – Diretor Administrativo do IPAM. A presente reunião teve como pauta: 1. Análise das declarações do Executivo sobre o Fundo de Previdência e eventual Comissão Parlamentar de Inquérito; 2. Duração do mandato dos Conselhos do FAPS e alterações da LCM 241/2005; e 3. Assuntos Gerais. Após abertura da reunião pelo Presidente do Conselho Deliberativo, Luciano, a primeira pauta foi iniciada. O membro Bruce se posicionou contrário às falas divulgadas, considerando-as também contraditórias. Citou que, ao longo dos meses, muitos alertas foram dados ao Município sobre a situação financeira, não sendo a situação desconhecida. Greice complementou que é necessário cuidado nas declarações, as quais devem se ater à realidade da situação. Ao ser questionado, o Presidente do IPAM, Gustavo, deixou claro que não houve nenhum pedido, seja formal ou informal, por parte do Executivo, para a realização de análises de estudo referentes a possíveis reformas da previdência e que não vislumbra mudanças previdenciárias nos anos de 2027 e 2028 de iniciativa da Administração Municipal, ponderando-se apenas que no Congresso Nacional pode, sim, ocorrer novo ajuste na legislação previdenciária que impacte o IPAM-FAPS. Auro questionou, também, se foi levantada a possibilidade de suspender/parcelar o pagamento dos proventos dos aposentados, caso haja



3
26 parcelamento dos salários dos ativos em razão da situação financeira amplamente divulgada. Gus-
27 tavo respondeu que os inativos englobados pelo fundo Capitalização (763 aposentados e 505 pen-
28 sionistas), o qual possui em caixa mais de 900 milhões de reais, possuem seus pagamentos assegu-
29 rados; já o fundo Repartição (3.787 aposentados e 230 pensionistas), o qual depende dos repasses
30 da insuficiência financeira calculada mensalmente antes do pagamento da folha poderá ter impac-
31 tos caso haja atraso/parcelamento dos servidores ativos, sendo uma decisão do Executivo avaliar
32 como procederá em relação ao repasse das contribuições da patronais e da insuficiência financeira
33 diante dessa hipótese que está tentando ser evitada com todos os esforços possíveis pelo Executi-
34 vo. Lívia complementou que, em caso de bloqueios financeiros, os repasses dos servidores não po-
35 dem ser retidos. Dando continuidade ao tema de situação financeira do Município. Gustavo rela-
36 tou que foi aberto processo administrativo interno para análise dos impactos e consequências em
37 caso de parcelamento, sejam eles administrativos – alteração de fluxo de processos e aumento de
38 atividades operacionais, ou financeiros – pagamentos, emissão de certificações (CADPREV e CRP) e
39 suas consequências em caso de não certificação, sendo que, após compilação de informações, o
40 processo será encaminhado à SMGEF para conhecimento da Administração Direta. Ainda consoan-
41 te à primeira pauta, Gustavo informou que o IPE-RS pagou, entre julho e agosto do presente ano,
42 débitos de Compensação Previdenciária (Comprev) na faixa de 9,2 milhões de reais, sendo 7,7 mi-
43 lhões ao fundo Repartição, gerando-se, desse modo, benefício imediato ao caixa do Ente e Entida-
44 des empregadoras e lembrou que houve pagamentos em 2024, realizados pelo INSS durante o
45 período das enchentes no RS, de cerca de 20 milhões de reais ao fundo Repartição, também refe-
46 rentes à Compensação Previdenciária, alertando-se que os valores de estoques estão se esgotan-
47 do. Por fim, informou que a partir da vigência da LC 717/2022, evitou-se contribuições patronais
48 estimadas em 80%, sendo que, desde lá, as nomeações municipais (entre 400 e 500) possuem con-
49 tribuição patronal de 28%. Na segunda pauta, abordou-se os mandatos dos membros e alterações
50 na LCM 241/2005. Com o aumento das atribuições e responsabilidades para os conselheiros pe-
51 rante o RPPS, as capacitações tornam-se cada vez mais indispensáveis. Desta forma, a permanên-



5
52 cia dos membros junto ao conselho por mais tempo contribui para o fortalecimento da capacidade
53 da turma de deliberar sobre as ações. Sendo assim, a proposta de aumentar o tempo de mandato
54 de três para quatro anos é vista como imprescindível para otimizar as atividades do conselho. Por
55 outro lado, em que pese a necessidade cada vez maior de capacitação e responsabilidade, atual-
56 mente não há nenhum benefício que retenha, atraia e/ou valorize os membros. Durante as discus-
57 sões, duas frentes foram abordadas: a concessão de tempo para capacitação ou a remuneração
58 pela atividade exercida, não havendo, ainda, consenso sobre qual delas deve ser adotada – a se-
59 rem discutidas em próxima reunião ordinária. Ainda sobre o tema, também foi deliberado sobre a
60 importância de ofertar os cursos àqueles que têm interesse em fazer parte do conselho, disponibi-
61 lizando-os através da EGP como capacitação permanente, e como captar novos membros para o
62 conselho. Por fim, será apresentada minuta para alterações na LCM 241/2005 na reunião ordinária
63 do conselho de outubro. Na terceira pauta, entre os assuntos gerais, foram abordados: (I) Busca
64 de nova sede do IPAM e da Farmácia do IPAM, considerando recursos da venda da atual. Aos
65 membros do conselho foi informado que, na reunião de junho do Comitê Interno de Governança –
66 CIG do IPAM, a diretoria do Instituto entendeu, de forma unânime, que o projeto deveria ser reti-
67 rado de pauta neste momento, tendo em vista a necessidade de melhor diálogo e alinhamento en-
68 tre as partes, tendo o Executivo sinalizado nesse mesmo sentido. (II) Andamento do Pró-Gestão
69 RPPS: em 04/08/2026 foi realizada reunião entre o IPAM, Águia Educação (empresa contratada
70 para a assessoria junto à certificação), e Unidade Central de Controle Interno - UCCI, a fim de apre-
71 sentar o Pró-Gestão, suas finalidades e qual a importância da figura do Controle Interno junto à
72 certificação. No encontro, realizado na sede do IPAM, demonstrou-se o andamento das ações,
73 bem como a apresentação da ação obrigatória e vinculada diretamente à UCCI, a qual deve, com
74 base no Manual 4.1 do Pró-Gestão RPPS, emitir relatório semestral que ateste a conformidade de
75 ações do RPPS. Como forma de aprimorar os conhecimentos em regimes próprios, dois servidores
76 da UCCI foram convidados a participar do 2º Encontro Previdenciário dos Membros de Comitê de
77 Investimento e Conselheiros de RPPS junto à AGIP, a ser realizado nos dias 9 e 10 de setembro de



7

2026. Além disso, no dia 21 de agosto, às 10h, será realizada reunião entre o IPAM e a SMATI sobre a pauta “Censo Previdenciário”. O Censo, também obrigatório para a obtenção do certificado, abrangerá a Administração Direta e Indireta, além do Legislativo, devendo atingir, no mínimo, 80% de servidores ativos, 80% de servidores inativos e 80% de pensionistas. A reunião abordará principalmente a capacidade, estrutura e ferramentas de tecnologia para realização do censo. (III) Pedido de informações junto à Biometria-SMATI, solicitando dados sobre afastamentos, acidentes de trabalho, exames periódicos e readaptações. O Ofício 01-2026 do Conselho Deliberativo do IPAM-FAPS foi encaminhado à SMATI em 3 de junho de 2026, o qual o IPAM ainda aguarda retorno. (IV) Investimentos em títulos públicos: O Tesouro Nacional pagou ao mercado no dia de hoje 288 bilhões de reais referentes a títulos públicos, a maior parte referente ao vencimento do valor principal da NTN-B 2026, mas também valores referentes a cupons dos títulos públicos. Aproveitando o retorno do valor de cupons, o IPAM-FAPS, por decisão do Comitê de Investimentos, alocará, nesse mês de agosto, cerca de 34 milhões de reais em títulos NTN-B 2055 e NTN-B 2060, considerando a oportunidade das altas taxas ainda ofertadas pelo mercado. Não havendo mais assuntos a serem tratados, por volta das dezesseis horas, encerrou-se a reunião, lavrando-se a presente ata que vai confirmada pelos conselheiros, servindo como atestado de comparecimento para fins de controle de frequência, devendo ser encaminhada para publicação no site do IPAM.